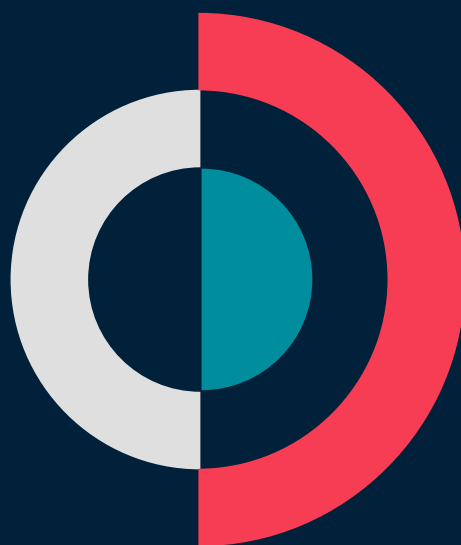


IDEIAS LLYC

EXPLORAR. INSPIRAR.



ARTIGO

GESTÃO DOS ASSUNTOS PÚBLICOS: CONSTRUIR CONSENSOS PARA SUPERAR A CRISE

Madrid, 11 de Agosto de 2021

INTRODUÇÃO

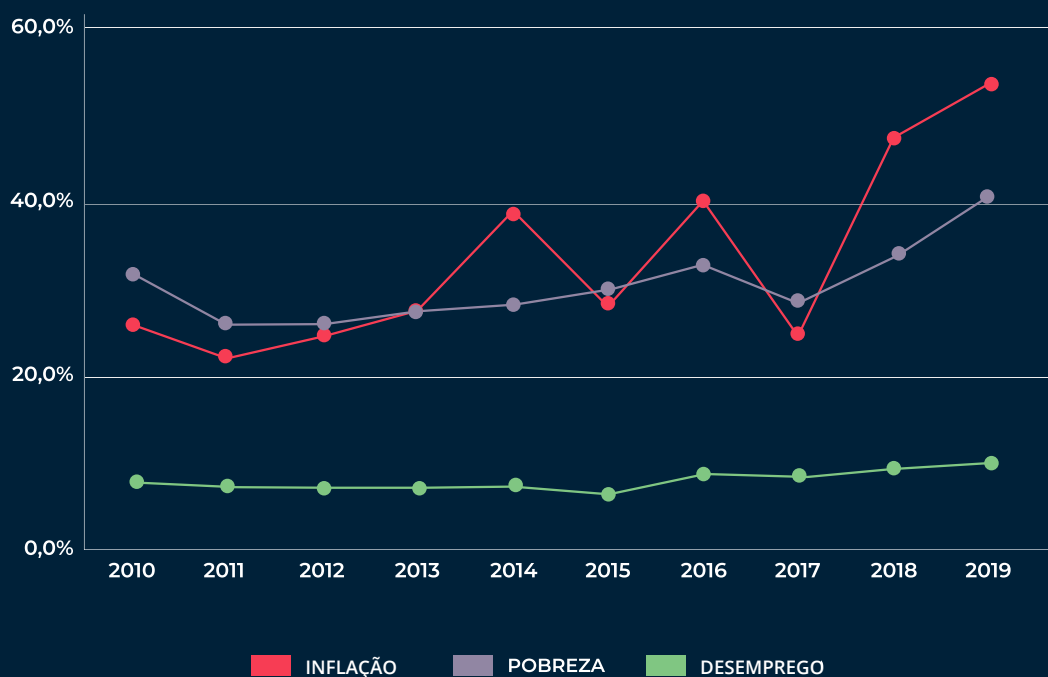
A COVID-19 tornou ainda mais evidente do que era habitual um problema que afeta muitos países do mundo, especialmente os subdesenvolvidos, e que é a falta de políticas públicas de consenso que transcendam os governos no poder e proporcionem às nações padrões de institucionalidade e estabilidade, como veremos a seguir.

Os dados da macroeconomia são determinantes em países como a Espanha e a Argentina. Na Península Ibérica, a taxa de desemprego é de 16,13 %, ao passo que 20 % dos espanhóis são pobres, considerando-se que a taxa de pobreza corresponde às famílias abaixo de 60 % da média nacional de rendimentos. No caso das crianças e jovens, os números são mais preocupantes: 27,1 % dos menores de 16 anos são pobres.

Na Argentina, a situação ainda é mais grave: de um total de quase 45 milhões de habitantes, 19 milhões vivem abaixo do limiar da pobreza, ou seja, 42 %, e, no caso das crianças, 57,7 % das que têm entre 0 e 14 anos são pobres. O desemprego, por seu lado, está nos dois dígitos, nos 11,7 %. A inflação média relativa ao período de 2010 a 2019 tem sido de 33 % ao ano.

Em suma, a crise é profunda nos dois lados do oceano. No entanto, a crise argentina é muito mais grave do que a espanhola, podendo as diferenças na gravidade do problema entre os dois países ser explicadas, entre outros, pelos seguintes fatores: 1) a existência, na Península Ibérica, de uma plataforma de políticas públicas que transcendem as mudanças das cores partidárias do governo; 2) a existência de um organismo supranacional eficiente (a UE) que apoia os países do continente.

COMPARAÇÃO



A PERGUNTA QUE COLOCAMOS E: SAI-SE DA CRISE COM BASE NO CONFRONTO OU NO CONSENSO?

Estamos profundamente convictos de que o consenso é o caminho a seguir, partindo das premissas a seguir descritas.

- Os países desenvolvem-se apenas se tiverem uma plataforma sólida de políticas públicas que transcenda no tempo as mudanças de governo, o que os torna estáveis, uma vez que as regras do jogo não variam, sendo esta uma condição indispensável para atrair o investimento privado, que, por sua vez, é o principal estímulo para a criação de emprego genuíno.
- A existência de políticas públicas de consenso que transcendem os governos no poder só é possível se, no processo de criação das mesmas, houver a participação da maior quantidade possível de intervenientes interessados, envolvidos e / ou afetados.
- A participação plural dos intervenientes interessados, envolvidos e / ou afetados na produção das políticas públicas ocorre apenas se houver entre eles: a) uma relação sólida de confiança; b) um marco institucional que garanta o diálogo e o compromisso.
- Para tal alcançar, é necessário não deixar ao acaso nem à economia informal a relação entre os intervenientes do poder que decidem o futuro da vida de um país, pelo que se torna fundamental gerir estrategicamente as relações entre os intervenientes interessados, envolvidos e / ou afetados no quadro da produção das políticas públicas.
- A gestão dos assuntos públicos é uma tarefa profissional e essencial para o futuro dos países, pois fornece as ferramentas necessárias para estreitar os laços de confiança indispensáveis à criação de políticas públicas de consenso.

Então, **de que falamos quando falamos de desenvolvimento?** Alfonso Santiago, prestigiado jurista argentino e diretor da Escola de Governo da Universidade Austral, define «desenvolvimento» como sendo a realização do bem comum: «O conjunto de condições materiais e espirituais, de conteúdo muito variado (político, social, económico, cultural e educativo, urbanístico e ambiental etc.), que favorecem o normal e pleno desenvolvimento da pessoa humana e dos grupos que compõem a sociedade política; tais condições devem, por um lado, ser criadas por e para cada dos que a integram essa mesma sociedade, e, por outro, ser administradas por um governo da autoridade pública lúcido e com poderes circunscritos» (Santiago, 2010, p. 90).

Entendemos que, no contexto da definição, a mobilidade social ascendente é fundamental como prova da prosperidade ligada às questões materiais e, especialmente, às económicas. Sair da pobreza é ter habitação condigna, acesso à saúde e à educação, ter uma alimentação saudável, ser o próprio a decidir o futuro, realizar sonhos, viver em liberdade etc. Um país desenvolve-se quando promove o bem comum para os habitantes.

É evidente que o emprego genuíno é, por excelência, um dos pilares nos quais assenta a mobilidade social ascendente. O emprego é sinónimo de dignidade, e o emprego genuíno é o que é criado e oferecido pelo setor privado, o qual investe na produção. Não compete ao Estado a criação de emprego, mas sim das condições para o setor privado o fazer.

“A gestão dos assuntos públicos é uma tarefa profissional e essencial para o futuro dos países”

A primeira pergunta que devemos colocar, então, é: qual é a condição fundamental para o setor privado investir num país? Consideramos que, para os empresários investirem, são necessárias duas condições: estabilidade e segurança jurídica. Para haver investimento, é essencial que as regras do jogo não mudem ao sabor das mudanças de governo. A explicação é simples e evidente: quem investiria num país instável e turbulento? Além disso, quem investiria num determinado setor ou produto se aqueles que definem as regras do jogo estiverem constantemente a alterá-las?

No caso da Argentina, os dados objetivos revelam que o investimento privado de 2010 a 2019 foi de apenas 17,1 % do PIB. No mesmo período, o desemprego foi, em média, de 7,9 %. A situação é ainda mais grave, pois temos em conta que, na Argentina, quatro em cada dez trabalhadores estão na economia informal.

Voltando ao assunto, garantir que as regras do jogo são estáveis para inverter o estado de coisas é obrigação e dever de quem dirige o destino do país, e a ferramenta para alcançar esta inversão é a política pública. Se a política pública for estável, sólida, baseada em dados factuais, transparente e, mais importante ainda, duradoura, o país torna-se estável, e um país estável atrai o investimento privado.

É evidente que a pandemia não tem ajudado neste aspeto. A pobreza leva a uma queda no consumo, resultando numa queda impressionante nos indicadores de rendibilidade. Desta forma, cai o investimento, o que afeta a criação de fontes de trabalho. Pior ainda é o facto de se terem perdido empregos como poucas vezes aconteceu na história. Resumindo, se as empresas não tiverem lucro, não investem; se não investirem, não crescem; se não crescerem, não criam mais postos de trabalho, e, se não criarem emprego genuíno, há menos mobilidade social ascendente.

“Para os empresários investirem, são necessárias duas condições: estabilidade e segurança jurídica”



É essencial a estabilidade, sendo esta da responsabilidade tanto dos governantes quanto dos partidos que estão na oposição.

Começando a responder à pergunta inicial sobre conflito vs. consenso, consideramos indispensável a implementação de políticas públicas para atrair investimentos privados que possam dar emprego aos milhões de pessoas empobrecidas pela pandemia. A estabilidade de que o setor privado necessita para recuperar e investir só será alcançada se os partidos no poder e na oposição abandonarem o confronto e avançarem para o diálogo e para um acordo sobre uma série de questões básicas que tornem evidente que o bem-estar das nações é o mais importante.

Neste sentido, é fundamental trazer para a mesa todos os setores que movem um país, tanto na esfera pública quanto na privada, assim como no chamado terceiro setor. Para uma política pública ser sustentável ao longo do tempo tem de representar os interesses daqueles a quem se dirige.

Pensemos num caso: suponhamos que, em resultado da pandemia, o líder de um governo deseja mudar a estrutura fiscal do país ou de uma cidade; para tal, recorre a vários intervenientes do poder, incluindo o seu principal adversário político, e este diálogo resulta numa política consensual. Surge então a questão: se, anos mais tarde, o tal adversário político conseguir ganhar as eleições e chegar ao poder, será que vai destruir a política fiscal em cuja produção também esteve envolvido? Certamente que não, e, se o fizesse, provavelmente convocaria quem o havia convocado no passado. Desta forma, as políticas públicas tornam-se estáveis.

Para isso, as ligações são essenciais. É fundamental construir pontes, o que é uma tarefa complexa.

AQUI FALAMOS DE ASSUNTOS PÚBLICOS COMO ENGENHARIA SOCIAL PARA PROMOVER MAIS E MELHORES RELAÇÕES ENTRE OS INTERVENIENTES DO PODER

Neste contexto de pandemia, é essencial **definir «assuntos públicos»**, de modo a pensar no tipo de liderança política necessária para sair da crise.

Em primeiro lugar, concetualmente, dizemos que os assuntos públicos são as questões e / ou problemáticas que afetam uma parte – quantitativa e / ou qualitativa – da sociedade, cujo desenvolvimento / solução requer dois ou mais intervenientes, uma vez que nenhum deles tem, por si só, autonomia nem poder suficiente para poder enfrentá-los sozinho.

Profissionalmente, os assuntos públicos são a disciplina que gere de forma sistematizada e estratégica a relação entre os intervenientes do poder, a fim de desenvolver / resolver estas questões / problemáticas e, conseqüentemente, obter benefícios diretamente relacionados com os respetivos interesses.

“Consideramos indispensável a implementação de políticas públicas para atrair investimentos privados”

Gerir assuntos públicos é um trabalho de engenharia social. O que queremos dizer com isto? Que construir pontes entre intervenientes sociais se assemelha muito a construir pontes entre cidades, pois requer conhecimentos profissionais, recursos específicos etc., e os benefícios são muitos e de enorme valia.

Quando duas cidades separadas por um rio se ligam por meio de uma ponte, as duas passarão a beneficiar de uma série de recursos e vantagens que não tinham antes da construção da estrutura. As cidades ligadas por uma ponte põem à disposição uma da outra o comércio, a cultura, o trabalho, o desporto e a vida social. Graças à ponte, todos saem a ganhar.

Gerir assuntos públicos é exatamente o mesmo, mas entre pessoas e / ou instituições. Na engenharia dos assuntos públicos, estão envolvidos elementos muito importantes, tais como a reputação, a confiança e a credibilidade, sem os quais é impossível tecer laços sólidos capazes de promover acordos sustentáveis, de enorme benefício.

A diferença está em que, ao contrário dos engenheiros que constroem pontes entre cidades, os profissionais dos assuntos públicos

trabalham com um assunto muito mais complexo: a pessoa humana. Os seres humanos são complexos, dada a nossa história, a nossa personalidade, as nossas ideologias, os nossos interesses, os nossos defeitos etc. Por este motivo é que gerir as nossas relações é uma tarefa muito difícil, que requer capacidade, formação e experiência.

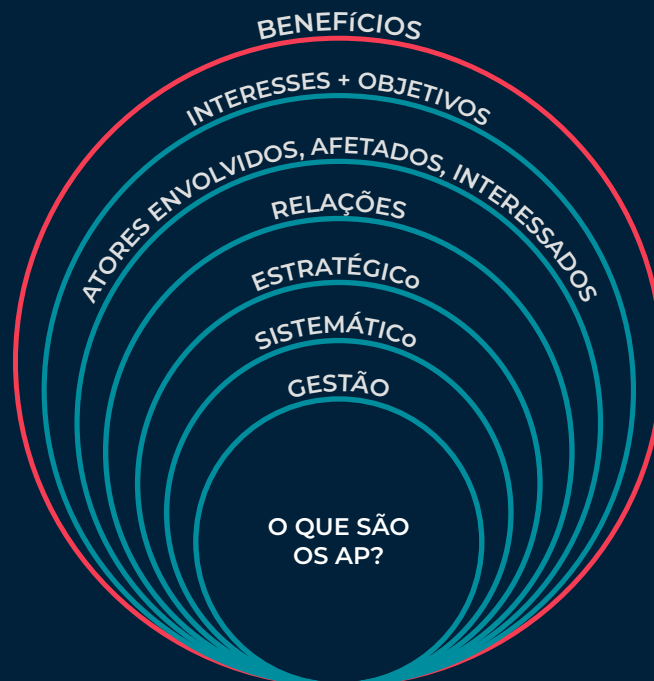
A tarefa dos profissionais dos assuntos públicos, neste contexto de pandemia, não é exceção. Mais do que nunca, desempenham um papel que transcende a gestão da relação entre os que movem um país. É imprescindível conhecer as histórias, os interesses, os objetivos, analisar como criar em conjunto, os custos e benefícios etc.

Os governos não escapam a esta realidade.

É um erro crasso considerar que um governo temporariamente encarregado do poder do Estado é alheio à disputa de interesses. Um governo é um interveniente (coletivo) no cenário público, dividindo o poder com outros intervenientes do setor público, do setor privado e do terceiro setor. É claramente um interveniente principal, e não secundário, mas não deixa de ser um interveniente.

AS TAREFAS DOS PROFISSIONAIS DE ASSUNTOS PÚBLICOS

Abordagem disciplinar



Por esta razão, é fundamental o governo gerir a relação que tem com os restantes intervenientes no cenário público para obter a colaboração destes (recursos, benefícios etc.) na criação de políticas públicas.

Neste percurso, é imprescindível os governos compreenderem que, para obter benefícios, os demais intervenientes também saiam a ganhar, pelo que é necessário dar-lhes alguma coisa em contrapartida, de acordo com os interesses que tenham, e considerar esses intervenientes (incluindo os adversários) como parceiros na busca do bem comum.

No caso da Argentina, quais são as políticas públicas que não são discutidas devido à falta de gestão das relações entre os intervenientes do poder?

- Uma lei de coparticipação que distribua os recursos de forma justa e eficiente, de modo a permitir às províncias satisfazerem as necessidades da população.
- Uma reforma do sistema de contratação laboral que modernize a relação entre empregadores e trabalhadores, incentivando a criação de emprego.
- Uma reforma do sistema judicial que acelere os processos.

Deixamos aqui a inquietação em aberto relativamente à necessidade de o setor público, especialmente os governos, incorporar políticas de assuntos públicos, desenvolvidas e implementadas por gabinetes públicos profissionais, de modo a que esta área tão importante não seja deixada ao acaso nem executada por amadores.

Gerir os assuntos públicos é atender, de forma plural e participativa, às exigências da sociedade, favorecendo a criação de políticas públicas que ofereçam soluções para os problemas urgentes.

Gerir assuntos públicos é também reivindicar o progresso da democracia representativa, relativamente à poliarquia e governação, uma vez que incentiva ao extremo a participação social dos intervenientes individuais e coletivos

“Gerir os assuntos públicos é atender, de forma plural e participativa, às exigências da sociedade, favorecendo a criação de políticas públicas”

na tomada de decisões. Não há governação sem uma gestão profissional dos assuntos públicos, ou, pelo menos, não há uma governação plena.

Gerir assuntos públicos é reivindicar o outro, um outro necessário, que é meu parceiro na busca do bem comum, que poderá ser meu adversário, mas que não deve ser meu inimigo, um outro que tem aquilo que me falta.

É nossa convicção que o mundo em pandemia deve promover um modelo de liderança adaptativa que compreenda esta necessidade de acordos para superar a crise.

Eduard Beltran, especialista de renome em negociação e estratégias, publicou um livro chamado *The Secret Art of Negotiation*, cuja capa diz: “NOBODY WINS UNLESS EVERYBODY WINS” (ninguém ganha, a menos que todos saiam a ganhar).

Acreditamos que este é o espírito que deve permear sempre o trabalho político, principalmente no contexto da grave crise desencadeada pela COVID-19. **Temos de ver o outro como uma oportunidade**, não como um inimigo.

AUTORES



Joan Navarro. Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos da LLYC em Espanha, Licenciado em Sociologia pela UNED. Possui um PDG do IESE-Universidade de Navarra, e é especialista em Comunicação Política e em Assuntos Públicos. De 2004 a 2007 foi Diretor do Gabinete do Ministro das Administrações Públicas, e em 2010 foi reconhecido como uma das 100 pessoas mais influentes do país pela revista El País Semanal. Fundador do foro +Democracia, entidade que promove a necessidade de transformações institucionais para melhorar o funcionamento democrático, Joan Navarro exerce a sua atividade docente em vários centros universitários, e é membro da secção espanhola do Strategic and Competitive Intelligence Professional (SCIP) e colaborador do jornal diário El País.

jnavarro@llorenteycuenca.com



Gonzalo Aziz. Licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Austral. Jornalista político, acreditado permanentemente perante o Congresso da Nação Argentina e o Poder Executivo Nacional. Desde 2003, trabalha nos noticiários televisivos do Canal 13/TN (Todo Noticias) e foi apresentador de notícias na Radio Mitre, as duas do Grupo Clarín. Aí, apresentou os principais acontecimentos políticos dos últimos 20 anos de história, e entrevistou as principais figuras do país e da região. Desde 2011, dedica-se a estudar e a promover a gestão de assuntos públicos. É ainda consultor nesta área, para os setores público e privado.

azizgonza@gmail.com

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio e CEO Fundador e Presidente
jalllorente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero
Sócio e CEO para as Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Chief Strategy and Innovation Officer
acorujo@llorenteycuenca.com

Luis Miguel Peña
Sócio e Chief Talent Officer
lmpena@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Sócio e Diretor-geral Regional
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Marta Guisasaola
Chief Financial Officer
mguisasaola@llorenteycuenca.com

Cristina Ysasi-Ysasmendi
Diretora Corporativa
cysasi@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña
Diretor Jurídico & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

Daniel Fernández Trejo
Chief Technology Officer
dfernandez@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e Global Controller
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente de Advocacy para a América Latina
amendoza@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Luisa García
Sócia e CEO
lgarcia@llorenteycuenca.com

Arturo Pinedo
Sócio e Chief Client Officer
apinedo@llorenteycuenca.com

Barcelona
María Cura
Sócia e Diretora-geral
mcura@llorenteycuenca.com

Óscar Iniesta
Sócio e Diretor Sênior
oiniesta@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Jorge López Zafra
Diretor-geral
jlopez@llorenteycuenca.com

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente Relações Públicas
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior Esporte e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sênior Crise e Riscos
ipino@llorenteycuenca.com

David G. Natal
Sócio e Diretor Sênior Engagement
dgonzalez@llorenteycuenca.com

Ana Folgueira
Sócia e Diretora Executiva Estúdio Criativo
afolgueira@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Lisboa

Tiago Vidal
Sócio e Diretor-geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

STADOS UNIDOS

Alejandro Romero
Sócio e CEO para as Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Felipe Muñoz
CEO US
fmunoz@llorenteycuenca.com

Erich de la Fuente
Chairman
edela Fuente@llorenteycuenca.com

Javier Marín
Diretor Sênior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

Miami

Emigdio Rojas
Diretor Executivo
erojas@llorenteycuenca.com

600 Brickell Avenue
Suite 2125
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nueva York

Juan Felipe Muñoz
CEO US
fmunoz@llorenteycuenca.com

3 Columbus Circle
9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

REGIÃO NORTE

Javier Rosado
Sócio e Diretor-geral Regional
jrosado@llorenteycuenca.com

Cidade do México

Carmen Julia Corrales
Diretora-geral
cjcorrales@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14. Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600, Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Javier Marín
Diretor Sênior Healthcare Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

Panamá

Manuel Domínguez
Diretor-geral
mdominguez@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower
Piso 9, Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor-geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702
Tel. +1 809 6161975

San José

Pablo Duncan - Linch
Sócio Diretor
CLC Comunicación | Afiliada LLYC
pduncan@clcglobal.cr

Del Banco General 350 metros oeste
Trejos Montealegre, Escazú
San José
Tel. +506 228 93240

REGIÃO ANDINA

Maria Esteve
Sócia e Diretora-geral Regional
mesteve@llorenteycuenca.com

Bogotá

Marcela Arango
Diretora-geral
marango@llorenteycuenca.com

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. - Colombia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Gonzalo Carranza
Diretor-geral
gcarranza@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Carlos Llanos
Diretor-geral
cllanos@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

REGIÃO SUL

Mariano Vila
Sócio e Diretor-geral Regional
mvila@llorenteycuenca.com

São Paulo

Thyago Mathias
Sócio e Diretor-geral
tmathias@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Thyago Mathias
Sócio e Diretor-geral
tmathias@llorenteycuenca.com

Rua Almirante Barroso, 81
34º andar, CEP 20031-916
Rio de Janeiro
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

Mariano Vila
Sócio e Diretor-geral
mvila@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago de Chile

Mª Soledad Camus
Sócia e CEO
scamus@llorenteycuenca.com

Marcos Sepúlveda
Diretor-geral
msepulveda@llorenteycuenca.com

Avda. Pdte. Kennedy 4.700 Piso 5,
Vitacura
Santiago
Tel. +56 22 207 32 00

Tel. +562 2 245 0924





IDEIAS LLYC

EXPLORAR. INSPIRAR.

IDEAS é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

IDEAS LLYC é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe IDEIAS na LLYC.

ideas.llorenteycuenca.com
revista-uno.com.br
Podcast Diálogos LLYC